



» Entrevista | ANTÔNIO BARRA TORRES | DIRETOR-PRESIDENTE DA ANVISA

Barra Torres faz o balanço dos últimos cinco anos à frente da agência reguladora, relembra o período mais tenso, durante a covid-19, e vê como desafios do órgão a perda de servidores e as consequências das mudanças climáticas na saúde

“Estávamos fazendo o que a ciência manda”

» VINICIUS DORIA

O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, conta os dias para deixar o cargo que ocupa há cinco anos. Seu mandato vence no próximo dia 21, encerrando um dos períodos mais turbulentos da história da agência reguladora.

Contra-almirante da reserva, Barra Torres foi a pessoa que comandou a Anvisa na dura travessia da pandemia de covid-19, quando mais de 700 mil brasileiros perderam a vida. Em entrevista ao *Correio*, Barra Torres relembra não só

esse período, contaminado pela disputa política e pelo movimento anticiência, faz um balanço de sua gestão e diz o que espera para os próximos anos na área da regulação em saúde. “A pandemia, sem dúvida, foi marcante”, afirma. “Mais de 4 mil pessoas morriam em 24 horas. Isso é o equivalente a 10 aeronaves (Boeing) 747 caindo em território nacional por dia”, recorda.

Indicado em 2019 para integrar a diretoria da Anvisa pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), Barra Torres chegou ao governo como mais um militar de confiança. Mas a boa

relação com Bolsonaro durou até a pandemia. Barra Torres ficou do lado da ciência, defendeu o uso de máscaras e o isolamento, enquanto Bolsonaro descumpria sistematicamente os protocolos de segurança. “Estávamos fazendo o que a ciência manda fazer”, frisa.

Barra Torres também teve seus embates com o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Escreveu uma dura carta rebatendo a declaração do presidente de que precisaria “morrer gente” para que a Anvisa acelerasse a aprovação de medicamentos.

Como militar, vê com ressalvas o envolvimento de altos oficiais com um plano golpista que culminou em 8 de Janeiro. E, nesses anos turbulentos, ele ainda teve que conviver com a contaminação política em debates técnicos, como a liberação de medicamentos à base de maconha. Para o futuro, a preocupação é com a perda de servidores da agência, as consequências da emergência climática na saúde das pessoas e o aumento da influência do movimento antivacina com a posse de Donald Trump na Presidência dos Estados Unidos. Acompanhe a entrevista:

Qual o balanço que o senhor faz destes cinco anos à frente da Anvisa?

A pandemia, sem dúvida, foi marcante. Eu entrei em julho de 2019, na expectativa de realizar um trabalho na área de saúde, digamos, normal. Ninguém tinha ideia do que iria acontecer em seis meses. Foi um período que exigiu muito de todos, das sociedades, dos países, da comunidade científica. Foi quando nós vimos, além das dificuldades do enfrentamento da doença — que não foram nada fáceis —, o surgimento de outros fatores que impuseram ainda mais dificuldades, como o movimento antivacina, a disseminação de mentiras pelos canais digitais, as fake news, e momentos muito tristes, quando mais de 4 mil pessoas morriam em 24 horas. Isso é o equivalente a 10 aeronaves (Boeing) 747 caindo em território nacional por dia.

Como esses fatores impactaram o seu trabalho e o da agência reguladora?

Sofremos várias ameaças, inclusive, de morte, de todo o tipo de violência. Passamos na CPI da Pandemia, que foi muito importante. A história vai registrar muito disso no futuro e marcar esse período tendo como referência a grande pandemia da covid.

O senhor foi indicado para o cargo por Bolsonaro e chegou a ir com ele a uma manifestação de apoiadores na Praça dos Três Poderes, logo no início do governo, o que reforçou a imagem de vínculo entre o senhor e o presidente. O senhor se arrepende de ter participado daquele ato bolsonarista?

Isso foi até pergunta da CPI da Pandemia. Naquele momento, fiz uma correção. Eu não fui para participar de nenhuma manifestação. Eu estava em uma conversa com o presidente ao telefone e ele me disse que iria ao Palácio (do Planalto), naquele momento, e me perguntou se não poderíamos continuar a conversa lá. Era um fim de semana, eu estava perto, saindo para fazer compras de casa. Eu fui, e o presidente estava falando com apoiadores no gradeado (da Praça dos Três Poderes). Depois, nós conversamos no interior do Palácio.

Mas o senhor se arrepende de ter ido?

Eu me arrependo do sentido de que não tinha nenhum motivo imperioso para encontrar com ele naquela hora. Eu tenho 60 anos e acho que não fui a nenhuma manifestação política. Obviamente, como militar, nem poderia. Se eu tivesse refletido melhor, continuaria o assunto por telefone ou iria em uma outra oportunidade. Então, sim. Se tivesse refletido melhor, não teria ido.

O senhor foi nomeado por Bolsonaro, parecia...

Sim, eu fui nomeado pelo presidente Bolsonaro e, inclusive, se eu estou aqui, agora, isso é decorrente da sequência de eventos: a nomeação pelo presidente e a aprovação pelo Senado Federal, em duas sabinatas, uma para ser diretor, em 2019, outra para o cargo de diretor-presidente. O que aconteceu é que, durante a pandemia, o presidente iniciou,

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



em dado momento, uma série de falas e de posturas que não tinham sustentação na ciência. Quem estava atrelado à ciência — é o meu caso, eu sou médico —, chegou ao ponto em que não era possível manter uma não reprovação ao que estava sendo dito. Isso ficou público no evento em que o presidente disse que poderia haver alguma coisa “por trás” da aprovação de vacinas contra a covid-19 para crianças. Como ele disse isso publicamente, não me restou nenhuma outra alternativa que não dizer, também publicamente, que estávamos fazendo o que a ciência manda fazer. E que se ele detivesse outra informação, que fizesse as denúncias aos órgãos cabíveis. ‘Não existe nada. Se o senhor sabe de alguma coisa, investigue’, disse a ele.

Na pandemia, a Anvisa foi alvo de muitas pressões, da indústria farmacêutica e da Academia. Como foi conviver com isso e, ao mesmo tempo, dar resposta à população?

A Anvisa tem um corpo técnico extremamente bem formado. Isso é um fator de força para uma agência que tem como premissa básica ser técnica, é uma tranquilidade para o gestor. Quanto às pressões, um órgão regulador de saúde sempre trabalha com uma carga inerente de pressão. Enquanto há um tempo em que a agência precisa se dedicar à forma, ao detalhe, o cronômetro está passando, as pessoas estão adoecendo, sofrendo. A pandemia, essa questão do tempo se tornou muito mais importante, porque é uma corrida contra o relógio, as pessoas estavam morrendo. Para fechar, a principal pressão foi a dor e a doença das pessoas. E tivemos pressões adicionais

O movimento antivacina, que não é privilégio do Brasil, foi diretamente responsável por as pessoas darem ouvidos a informações vindas das mais nefastas fontes em detrimento da ciência”

desnecessárias, como as fake news, os antivacinas e ameaças de todo o tipo.

A relação com organismos internacionais ajudou a conter críticas e cobranças?

Graças ao respeitado conceito que a agência adquiriu no exterior, com suas coirmãs (agências com papel similar, como a FDA — Food and Drugs Administration —, dos Estados Unidos), a Anvisa sempre teve um reconhecimento muito grande e a possibilidade de obter informações muito rapidamente. Tão logo assumi a presidência, conversei com o chefe da assessoria internacional e disse que a Anvisa iria se colocar em grupos internacionais regulatórios de ponta para trazer benefícios ao país. Isso foi também um fator de força para enfrentar as pressões. Quando recebíamos

questionamentos, tínhamos, imediatamente, as informações do que estava acontecendo no mundo todo.

Tudo o que se discute no mundo chega à Anvisa?

A Anvisa é membro pleno de todos os organismos internacionais de harmonização regulatória. Eu fui convidado — e aceitei — para ser vice-presidente da International Commission Regulatory Authority (ICRA), o mais alto fórum de regulação de medicamentos do mundo, formado pelos CEOs de agências regulatórias de mais de 100 países. Por que eu sou o “zero dois” desse organismo? Pelo peso da Anvisa, que é uma espécie de embaixada brasileira em termos regulatórios no mundo todo. Hoje, não precisamos obter informação terceirizada de ninguém.

O acordo assinado em setembro com a FDA está nesse contexto?

O acordo de confidencialidade que eu assinei recentemente com Robert Kalif, meu contraparte na FDA, é histórico. O acordo acaba com qualquer barreira, bloqueio ou restrição de informação entre as duas instituições. Antes, recebíamos alguns documentos com trechos tarjados (censurados), o que exigia de nós a busca da informação por outras fontes para complementar a análise. Hoje, não. Isso é fruto de um quarto de século de trabalho sério dos servidores e dos diretores que me antecederam. Eu dei minha contribuição, até mesmo pela facilidade que tenho com idiomas e pelo trabalho anterior na Marinha que, com seus navios, está presente em todo o planeta com suas missões.

O lobby da indústria farmacêutica é muito forte no mundo. Aqui no Brasil, o Congresso chegou a analisar uma proposta para fixar prazos para que a Anvisa desse seu parecer sobre liberação de remédios. É possível definir prazos?

Confesso que não entendo bem isso. Como atribuir prazos a quem tem de fazer um trabalho analítico? Isso não me parece razoável. Estamos falando de dossiês sobre vacinas, com 15 mil páginas em inglês técnico e 10, 20 anos de pesquisa. No caso da pandemia, (dossiês e pesquisas) foram atualizados em meses por uma realidade mortal.

Com relação à fiscalização, o senhor pode comentar o caso do cancelamento do jogo entre Brasil e Argentina, em 2021, pelas eliminatórias da Copa do Mundo?

O que aconteceu foi algo simples, mas, como aqui é o país do futebol, ganhou magnitude muito grande. E nossos oponentes eram os argentinos, com quem nós temos uma natural e sadia rivalidade no esporte, principalmente no futebol. Foi um descumprimento de determinação sanitária. E a Anvisa tem o poder de polícia para questões sanitárias. Quando a seleção da Argentina desembarcou no Brasil, não portava toda a documentação comprobatória do seu status vacinal. A orientação que a seleção argentina recebeu foi para que esses jogadores permanecessem isolados no hotel e não participassem de treinos ou eventos públicos, mas houve um descumprimento progressivo dessa determinação sanitária. A decisão não foi tomada de última hora.

Outra pressão foi pela mudança da bula de alguns remédios, como a da cloroquina e da ivermectina, para que pudesse ser usada no ineficiente tratamento precoce da covid-19...

...Só quem pode mudar bula de remédio é quem desenvolveu o medicamento. Ninguém mais pode fazer isso.

Não dá tristeza falar em nome da Anvisa sobre um período em que o Brasil foi um dos recordistas mundiais de mortes por covid-19, com mais de 700 mil óbitos?

Dá muita tristeza, mas isso está na conta das pessoas que levaram e replicaram, principalmente nas redes sociais, informações que não tinham o menor fundamento científico. Talvez hoje isso não esteja sendo cobrado da forma que deveria, mas um dia será. O movimento antivacina, que não é privilégio do Brasil, foi diretamente responsável por as pessoas darem ouvidos a informações vindas das mais nefastas fontes em detrimento da ciência. Nas mãos dessas pessoas está o sangue de milhões de outras pessoas que perderam a vida, não tenho nenhuma dúvida disso. É claro que entristece ver o Brasil como o segundo país com mais mortes, perdendo apenas para os Estados Unidos (na época governado por Donald Trump), com 1,3 milhão de vítimas fatais.

(CONTINUA NA PÁG. 4)